

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE E
CONTROLADORIA – CEPCON
PÓS-GRADUAÇÃO EM AUDITORIA EXTERNA E INTERNA

A AUDITORIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS ORGANIZAÇÕES

Belo Horizonte-MG

2017

ADRIANA BARROS PEREIRA

A AUDITORIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS ORGANIZAÇÕES

Trabalho de conclusão apresentado ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Auditoria Externa e Interna.

Orientador: Prof^o Msc. Carlos Maurício Vieira

Belo Horizonte-MG

2017

Adriana Barros Pereira

A AUDITORIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS ORGANIZAÇÕES

Monografia apresentada á banca examinadora de especialização em Auditoria Externa e Interna do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal de Minas Gerais.

Belo Horizonte -MG, 2017.

DATA DE APROVAÇÃO: ____/____/____

Profº Msc. Carlos Maurício Vieira - Orientador

Profº Dr. José Roberto de Souza Francisco

Ficha catalográfica

P436a
2017
Pereira, Adriana Barros.
A auditoria e sua importância para as organizações
[manuscrito] / Adriana Barros Pereira. – 2017.
31 f.

Orientador: Carlos Maurício Vieira.

Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade.

Inclui bibliografia.

1. Controladoria – Teses. 2. Contabilidade – Teses. I. Vieira, Carlos Maurício. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade. III. Título.

CDD: 657

Elaborado por Rosilene Santos CRB-6/2527
Biblioteca da FACE/UFMG. –RSS158/2021

Ata da Sessão Pública de Defesa de Trabalho Final de **Adriana Barros Pereira, no. de registro 2016692892**, aluna do Curso de Especialização em Auditoria Externa e Interna da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às dezoito horas na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, o presidente da Banca Examinadora Prof. Carlos Maurício Vieira abriu a sessão pública de defesa de trabalho final de Adriana Barros Pereira, intitulado **“A AUDITORIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS ORGANIZAÇÕES”**. A Banca Examinadora, indicada pelo Colegiado do Curso em outubro de 2017 foi constituída pelos professores Carlos Maurício Vieira (orientador) e José Roberto de Souza Francisco. A defesa constou da apresentação de seminário versando sobre o assunto do trabalho, seguido de arguição da aluna pelos membros da banca. Posteriormente, a banca examinadora reuniu-se em sala fechada para o julgamento final, tendo sido considerado APROVADO com nota/conceito 721 C o trabalho final de Adriana Barros Pereira. O resultado foi comunicado ao público presente pelo Prof. Carlos Maurício Vieira, que, em seguida, declarou encerrada a sessão. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada pelos membros da Banca Examinadora.
Belo Horizonte, 30 de outubro de 2017.

Prof. Carlos Maurício Vieira



Prof. José Roberto de Souza Francisco



RESUMO

A contabilidade sempre esteve presente nas empresas, desde os tempos mais remotos. O objetivo das empresas é a geração de lucros, exigindo que os gestores estejam sempre buscando novos aprendizados e técnicas de administração, na intenção de reduzir os valores gastos e aumentar os recebíveis. A presente pesquisa buscou identificar a importância que a auditoria tem em uma empresa e sua contribuição para a maximização dos resultados. Sendo assim, valeu-se da revisão bibliográfica sobre o problema de pesquisa e realização de entrevista com o gestor. Com o enorme crescimento das empresas e a acirrada concorrência, é imprescindível uma gestão mais eficaz de seus recursos humanos e materiais. A auditoria tem proporcionado maior segurança para os investidores, pois quando a empresa é auditada, há um desestímulo a fraudes, os controles e suas operações são mais seguras, e os empresários possuem uma melhor interpretação do patrimônio da empresa. O processo de auditoria proporciona maior confiança nas demonstrações apresentadas pela empresa e é ele quem orienta no aperfeiçoamento do controle e tenta minimizar os riscos pertinentes a fraudes e desvios. O resultado obtido revelou que a auditoria tem ganhado relevância na gestão das organizações, pois através de técnicas específicas auxilia os administradores, emitindo pareceres de adequações aos princípios e normas contábeis, além de oferecer maior credibilidade para as organizações, porque ela certifica que os valores demonstrados foram testados e são fidedignos, facilitando assim, novas parcerias e um acesso ao crédito em melhores condições.

Palavras-chave: Auditoria. Empresas. Demonstrações contábeis.

ABSTRACT

Accounting has always been present in companies, since ancient times. The goal of business is to generate profits, demanding that managers are always looking for new learning and management techniques, in an attempt to reduce the amounts spent and increase receivables. This research seeks to identify the importance of the audit have in a company and its contribution to the maximization of results. Thus, thanks to the literature review on the research problem and interviews with the manager. With the huge growth of enterprises and the fierce competition, it is essential to more effective management of its human and material resources. The audit has provided greater security for investors because when the company is audited, there is a disincentive to fraud, controls and operations are safer, and entrepreneurs have a better interpretation of the equity of the company. The audit process provides greater confidence in the statements made by the company and it is he who guides in the control of development and tries to minimize the relevant risks of fraud and avoidance. The result indicates that the audit has gained importance in the management of organizations, for through specific techniques assists administrators by issuing adaptations of views to accounting principles and standards, and provide greater credibility to organizations because it certifies that the values shown They have been tested and are reliable, thus facilitating new partnerships and access to credit on better terms.

Keywords: Audit. Companies. Accounting statements.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Áreas de Atuação e Funções Especializadas do Contador.....	11
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Questão de pesquisa	9
1.2 Objetivos.....	9
1.2.1 Objetivo geral.....	9
1.2.2 Objetivos específicos.....	9
1.3 Justificativa	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 Campo de Atuação da Contabilidade	11
2.2 Origem da Auditoria	13
2.3 Risco de auditoria	15
2.4 Normas de auditoria.....	17
2.5 Relação da entidade auditada com o auditor	18
2.6 Ética profissional e responsabilidade Civil	19
3 METODOLOGIA.....	21
4 RESULTADO E ANÁLISE DE DADOS	22
4.1 Empresas analisadas	22
4.2 Análise dos resultados	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade sempre esteve presente nas organizações, desde as mais simples até as grandes empresas, pois todas possuem registros e controles de suas atividades. Nas organizações o foco é a geração de lucros, fazendo com que os gestores estejam sempre buscando novos aprendizados e técnicas de administração, na intenção de reduzir os valores gastos e aumentar os recebíveis. O enorme crescimento das organizações passou a exigir uma gestão mais eficaz de seus recursos humanos e materiais.

A auditoria tem proporcionado maior segurança para os investidores, pois quando a empresa é auditada, há um desestímulo a fraudes, a empresa tem mais controles e suas operações são mais seguras, bem como aos empresários, que procuram clareza na interpretação em relação ao patrimônio da organização.

No mercado de capitais, existe a necessidade de nitidez nas demonstrações contábeis para que os investidores possam adquirir confiança para investirem em ações de uma empresa e para poder consultar os resultados e a partir disso, fazer análises, além da perspectiva e desempenho da empresa.

A análise das demonstrações contábeis oferece um parecer da empresa e tem como objetivo o conhecimento da situação que se encontra nos seguintes aspectos: operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros.

É nessa hora que o auditor age, ele proporciona maior confiança nas demonstrações apresentadas pela organização e é ele quem orienta no aperfeiçoamento do controle e tenta minimizar os riscos pertinentes a fraudes e desvios.

A auditoria tem ganhado relevância na gestão das organizações, pois através de técnicas específicas auxilia os administradores, emitindo pareceres de adequações aos princípios e normas contábeis, além de oferecer maior credibilidade para as organizações, porque ela certifica que os valores demonstrados foram testados e estão corretamente disponibilizados, facilitando assim, novas parcerias e firmando mais ainda as parcerias já concretizadas.

1.1 Questão de pesquisa

Qual a importância da auditoria para as organizações?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Identificar a importância da auditoria para as organizações.

1.2.2 Objetivos específicos

- Apresentar as formas de execução da auditoria de gestão nas organizações;
- Demonstrar o uso da Auditoria externa nas tomadas de decisões por parte dos gestores;
- Indicar a importância deste procedimento no auxílio à gestão de combate a fraudes e erros.
- Demonstrar se o crédito é mais fácil quando a empresa é auditada.

1.3 Justificativa

A justificativa deste trabalho está na importância de analisar a auditoria, constituída como uma função de apoio à gestão. O presente estudo mostra o valor que a auditoria tem nas organizações.

Para a organização, é importante, pois auxilia no alcance de seus objetivos, melhorando o conhecimento da empresa, auxiliando e propondo soluções para melhorar eventuais problemas.

Após uma série de escândalos envolvendo manipulação das demonstrações financeiras e contábeis, as empresas têm apostado na auditoria como forma de passar credibilidade e transparência para seus investidores, vendo a necessidade de ter um respaldo de terceiros para que os acionistas confiem nos valores apresentados em suas demonstrações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Campo de Atuação da Contabilidade

Após a formação, o contador, pode optar por muitas atividades para exercer sua profissão. Marion e Marion (1999) qualificam as potenciais áreas de atuação em seis setores:

nas empresas,
 como autônomo,
 no ensino,
 em órgãos públicos,
 na logística, e
 em outros órgãos públicos.

Cada um desses setores possui espaços para a especialização das atividades do contador. Apresenta-se no quadro a seguir a classificação de Marion e Marion (1999).

QUADRO 1
 Áreas de Atuação e Funções Especializadas do Contador

<ul style="list-style-type: none"> • Na empresa 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejador tributário • Analista financeiro • Contador geral • Em cargos administrativos • Auditor interno • Contador de custos • Contador gerencial • Atuário
<ul style="list-style-type: none"> • Como autônomo 	<ul style="list-style-type: none"> • Auditor independente • Consultor • Empresário contábil • Perito contábil • Investigador de fraudes

<ul style="list-style-type: none"> • Em órgão público 	<ul style="list-style-type: none"> • Contador público • Agente fiscal • No tribunal de contas • Oficial contador
<ul style="list-style-type: none"> • Logística 	<ul style="list-style-type: none"> • Gerente de logística • Intendente
<ul style="list-style-type: none"> • Outros cargos públicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversos

Fonte: adaptado de Marion e Marion (1999)

Na seqüência particularizam-se as funções dos auditores listadas na classificação de Marion e Marion (1999).

AUDITOR INTERNO: Segundo Marion e Marion (1999) o contador pode atuar como:

- Auditor de Custos e Sistemas Operacionais;
- Auditor Fiscal e Tributário;
- Auditor de Gestão Administrativa e Financeira e de Controle Orçamentário;
- Auditor de Processamento de Dados e de Sistemas de Informática;
- Auditor de Fraudes Financeiras e Documentais (Desfalque).

AUDITOR INDEPENDENTE: na realização de auditorias externas, conforme Marion e Marion (1999) o contador pode ser:

- Auditor de Sociedades de Capital Aberto;
- Auditor de Entidades do Sistema Financeiro Nacional;
- Auditor Fiscal e Tributário;
- Auditor de Fraudes Financeiras Nacionais e Internacionais (Desfalques);
- Auditor de Custos e Orçamento;
- Auditor de Sistemas Operacionais e de Processamento de Dados.

2.2 A auditoria e sua origem

De acordo com Crepaldi (2007, p. 3), “pode-se definir auditoria como levantamento, estudo e avaliação das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade”.

Dentre os múltiplos conceitos de auditoria, sobressai o de Sá (1998, p.25), que afirma:

Auditoria é uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza aziendal, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados.

Attie (2009, p. 5) delibera auditoria como uma “especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

Franco e Marra (2001, p.26), por sua vez, definem auditoria como:

Para mensurar a adequação e confiabilidade dos registros e das demonstrações contábeis, a Contabilidade utiliza-se também de uma técnica que lhe é própria, chamada *auditoria*, que consiste no exame de documentos, livros e registros, inspeções, obtenção de informações e confirmações internas e externas, obedecendo a normas apropriadas de procedimento, objetivando verificar se as demonstrações contábeis representam adequadamente a situação nelas demonstrada, de acordo com princípios fundamentais e normas de contabilidade, aplicados de maneira *uniforme*.

De acordo com Marcondes (2003, p.4), o objetivo da auditoria é a missão do parecer sobre a adequação com que as demonstrações financeiras representam a posição financeira, “(...) o resultado das operações e as modificações na posição financeira, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos”.

Outra função da auditoria, mostrado por Marcondes (2003, p.4) é auxiliar a alta administração na implantação de estratégias de gerenciamento, dos quais podemos dar ênfase em:

- Assistência nos processos de planejamento, execução e controle das operações empresariais;

- Assessorar nas implementações de tecnologias gerenciais, tecnologias de materiais, tecnologias de indústrias e dos processos;
- Detectar fraudes, desfálques e promover a investigação a ponto de quantificar os efeitos nos resultados dos negócios;
- Prevenir fraudes e erros relevantes em tempo.

Para Hoog e Carlin (2008, p. 54), “O objeto da auditoria é a certificação do patrimônio como um todo”. Portanto a auditoria tem por objeto o patrimônio das entidades e tudo aquilo que pode afetá-lo, influenciá-lo.

Segundo Gil (1999, p.59):

Auditoria é uma função administrativa que exerce a verificação/ constatação/ validação, via testes e análises dos resultados dos testes, com conseqüente emissão de opinião, em momento independente das demais três funções administrativas (planejamento, execução, controle), consoante os três níveis empresariais principais (operacional, tático e estratégico). Pode-se conceituar Auditoria como exame das demonstrações contábeis e todos os documentos, livros, registros que foram utilizados para sua elaboração.

Conforme Attie (1998, p.25), “a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e a eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

Na definição de Barros (2000, p.22) :

Auditoria, em sentido amplo, pode ser entendida como um processo de investigação sistemático em que são obtidas e analisadas evidências suficientes que permitam ao auditor pronunciar-se sobre a conformidade de uma situação vigente com os critérios de comparação selecionados e comunicar os resultados aos usuários interessados.

Pode-se observar que a auditoria poderá apresentar-se de diversas formas, conforme as suas características peculiares.

Assim, de acordo com os fins a que se destina, a auditoria pode ser realizada para confirmar a exatidão das demonstrações contábeis, permitir melhor controle administrativo, atender as exigências legais, verificar o cumprimento das obrigações fiscais, entre outros, apurar erros e fraudes (Franco e Marra, 1992, p.163).

Conforme Crepaldi (2007), a auditoria une tudo que existe para ter controle do patrimônio, levando em consideração documentos, fichas, registros contábeis, arquivos e anotações que

mostrem que todo ato da gestão e administração são verdadeiros e que tem como finalidade defender os interesses do patrimônio.

Segundo Sá (1998), apud Alberton (2002, p.28), o termo auditoria possui origem latina “audire, que significa o ouvinte, aquele que ouve, e foi rotulada pelos ingleses por auditing, no sentido de revisão e tem como finalidade examinar, corrigir, ajustar, (certificar) ser oriunda da cultura inglesa”.

A atividade de auditoria, é originária da Inglaterra que, como dominava os mares e o comércio em épocas passadas, iniciou a disseminação de investimentos em vários locais e países e, por consequência, o exame dos investimentos mantidos naqueles locais. (MARCONDES,2003)

Attie (2009, p. 9) assevera que foi a partir da criação da SEC que a profissão de auditor assume importância e cria estímulo, uma vez que empresas que transacionavam ações na bolsa de valores foram obrigadas a se utilizarem de serviços de auditoria para dar maior credibilidade às suas demonstrações financeiras.

Esse empenho foi definido por meio da Lei de negociação de Títulos de 1934. De acordo com Hendriksen e Van Breda (2010, p. 59), a lei colocava “que determinadas informações financeiras e de outra natureza devem ser divulgadas por meio de um instrumento de registro e um prospecto, ambos permanecendo à disposição para a análise do público”.

No Brasil, segundo Motta (1998, p.14), “o processo de expansão das auditorias ocorreu quando da chegada das multinacionais por volta da década de 40, embora existam relatos de trabalhos desenvolvidos anteriormente”.

2.3 Risco de auditoria

Em todo trabalho de auditoria, é inevitável que exista algum nível de risco de que alguns erros ou fraudes existentes nos registros contábeis possam não ser detectados durante sua realização (FRANCO; MARRA, 2009).

Boynton, Jonhson e Kell (2002, p. 181) asseveram que “risco de auditoria é o risco de que o auditor possa inadvertidamente não modificar adequadamente seu parecer sobre demonstrações contábeis que contêm erros ou classificações indevidas materiais”.

No conceito de Crepaldi (2004, p. 140), o “risco de auditoria é a possibilidade de o auditor vir a emitir uma opinião isoladamente inadequada sobre as demonstrações contábeis significativamente incorretas”.

O papel do auditor não é encontrar erros e fraudes, nem sequer preveni-los, entretanto, ao realizar o planejamento do trabalho de auditoria o auditor deve analisar o risco destes ocorrerem, de maneira que tenha possibilidade de identificar aqueles que afetem de maneira significativa as demonstrações contábeis (CREPALDI, 2004).

Attie (2009, p. 15) afirma que “o auditor pode ser responsabilizado pela não descoberta de fraude significativa em consequência da negligência na execução das normas de auditoria, ou em consequência de não tê-las aplicado convenientemente”.

Segundo Franco e Marra (2009, p. 320), “são três as circunstâncias em que o risco de auditoria pode manifestar-se: risco inerente, risco de controle e risco de detecção”.

Perez Júnior (2010, p. 47) define risco inerente como “a percepção da possibilidade de ocorrência de erros ou irregularidades relevantes mesmo antes de conhecer e avaliar a eficácia de controles da empresa”.

De acordo com Boynton, Jonhson e Kell (2002, p. 181), risco inerente “é a suscetibilidade de uma afirmação a um erro ou classificação indevida relevante, supondo que não haja controles internos que com ela se relaciona”.

O risco de controle é definido por Franco e Marra (2009, p. 320) como “erro ou irregularidade que não foi detectado pelo sistema de controle interno da entidade auditada”.

Perez Júnior (2010, p. 47) acrescenta a esta definição que risco de controle “é o risco de não haver um bom sistema de controles internos que previna ou detecte em tempo hábil erros ou irregularidades relevantes”.

Para Boynton, Jonhson e Kell (2002, p. 182), o risco de controle “é o risco de que um erro ou classificação indevida materiais que possam constar de uma afirmação não sejam evitados ou detectados tempestivamente pelos controles interno da entidade”.

Por fim, no conceito de Boynton, Jonhson e Kell (2002, p. 182) eles afirmam que risco de detecção “é o risco de que o auditor não detecte um erro ou classificação indevida materiais que existam em uma afirmação”.

2.4 Normas de auditoria

Ao falar em normas de auditoria, para Crepaldi (2007, p. 159), “Elas estabelecem conceitos básicos sobre exigências em relação à pessoa do auditor, à execução de seu trabalho e ao parecer que deverá por ele ser emitido”.

Segundo Franco, Marra (1985, p.20):

(...) Os exames são efetuados de acordo com as normas de Auditoria usualmente aceitas e incluem os procedimentos que os auditores julgarem necessários, em cada circunstância, para obter elementos de convicção, como objetivo de comprovar se os registros contábeis foram executados de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e se as demonstrações contábeis delas decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e outras situações nelas demonstradas.

“Por normas de auditoria são entendidas as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores da profissão contábil, em todos os países, com o objetivo de regulação e diretrizes a serem seguidas por esses profissionais no exercício de suas funções” (FRANCO; MARRA, 2001, p. 56).

Segundo Attie:

As normas de auditoria diferem dos procedimentos de auditoria, uma vez que eles se relacionam com ações a serem praticadas, conquanto as normas tratam das medidas de qualidade na execução destas ações e dos objetivos a serem alcançados através

dos procedimentos. As normas dizem respeito não apenas às qualidades profissionais do auditor, mas também a sua avaliação pessoal pelo exame efetuado e do relatório emitido (1998, p.55).

2.5 Relação da entidade auditada com o auditor

Segundo Attie (2011, p.7), “A origem do termo auditor em português, muito embora perfeitamente representado pela origem latina (aquele que ouve, o ouvinte), na realidade provém da palavra inglesa *to audit* (examinar, ajustar, corrigir, certificar)”.

O termo auditor, conforme Sá (1980, p.5) “surgiu na Inglaterra no reinado de Eduardo I, para designar aquele que realizava o exame de contas públicas e cujo testemunho poderia levar à punição de possíveis infratores”.

Para Perez Junior:

Auditor é o profissional que, possuindo competência legal como contador e conhecimentos em áreas correlatas, como tributos, modernas técnicas empresariais e outras, aliados aos conhecimentos de normas e procedimentos de auditoria, procurará obter elementos de satisfação que o levam a fundamentar e a emitir sua opinião sobre o objeto de estudo (sistemas de controles internos, demonstrações contábeis, etc.) (2006, p.12).

Segundo Almeida (1996, p.5)

O auditor interno é um empregado da empresa, e dentro de uma organização ele não deve estar subordinado aqueles cujo trabalho examina. Além disso, o auditor interno não deve desenvolver atividades que ele possa vir um dia examinar (como por exemplo, elaborar lançamentos contábeis), para que não interfira na sua independência.

O auditor externo avalia o grau de confiança do controle da empresa que pode ser atribuída às demonstrações financeiras, mas se preocupa com a identificação das fraudes apenas quando as mesmas afetam as demonstrações contábeis examinadas, em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 700/91, que aprovou as normas de auditoria independente das demonstrações contábeis, dispoindo nos itens 11.1.4.3 e 11.1.4. 4, a obrigação e a responsabilidade que o auditor independente deve considerar em relação às fraudes e erros:

11.1.4.3 – Ao detectar erros relevantes e quaisquer fraudes no decorrer dos seus trabalhos, o auditor tem a obrigação de comunicá-los à administração da entidade e sugerir medidas corretivas, informando sobre os possíveis efeitos no seu parecer, caso elas não sejam adotadas.

11.1.4.4 – A responsabilidade primária na prevenção e detecção de fraudes e erros é da administração da entidade, através da implementação e manutenção de adequado sistema contábil e de controle interno. Entretanto, o auditor deve planejar seu trabalho de forma a detectar fraudes e erros que impliquem efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

Segundo Crepaldi (2009, p.286):

...o auditor independente necessita planejar adequadamente seu trabalho, avaliar o sistema de controle interno relacionado com a parte contábil e proceder à revisão analítica das contas do ativo, passivo, despesas e receitas, a fim de estabelecer a natureza, datas e extensão dos procedimentos de auditoria, colher as evidências comprobatórias das informações das demonstrações financeiras e avaliar essas evidências.

Ainda de acordo com Crepaldi auditoria externa:

Constitui o conjunto de procedimentos técnicos que têm por objetivo a emissão do parecer sobre a adequação com que estes representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do Patrimônio Líquido e as origens e aplicações de recursos da entidade auditada consoante as normas brasileiras de contabilidade. (2007, p. 32).

Pode-se observar, para que não haja problemas na execução das funções, o auditor interno, o auditor independente, tanto como o auditor fiscal, devem conhecer como são feitas as fraudes e os casos mais corriqueiros, ou seja, conforme Sá (1982, p.16), “é necessário um auditor saber como analisar as possibilidades de ocorrência de fraudes, para identificar os seus indícios, sendo esse conhecimento, condição essencial para sua formação profissional.”

2.6 Ética profissional e responsabilidade Civil

O código de ética profissional do contador aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, por meio da Resolução nº 803 de 10/10/96, contempla no seu art. 2º:

I – exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus

clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;

O código de ética dos auditores estabelece normas de conduta que devem ser seguidas para boa designação de suas tarefas. Honestidade, lealdade e objetividade são alguns dos critérios que devem guiar o trabalho do auditor.

Para Hoog e Carlin (2008, p.72),

O auditor para ter credibilidade, quando do cumprimento do exercício profissional, deve obrigatoriamente seguir alguns princípios inerentes a sua profissão:

- Integridade: qualidade de que é honesto e imparcial;
- Ação: agir de forma escrupulosamente clara e precisa;
- Posicionamento: manter-se nos limites de seu labor;
- Objetividade: facilidade de transmitir somente aquilo que interessa;
- Independência: liberdade para emitir uma opinião imparcial sobre assunto que envolve dois ou mais interessados;
- Confidencialidade: sigilo das informações dos clientes auditados;
- Competência profissional: elevado grau de conhecimento técnico;
- Atendimento às normas técnicas tanto aquelas que regulam a profissão, quanto as que regulam determinados tipos de clientes, conforme sua atividade;
- Zelo: dedicação e cuidados especiais nos trabalhos.

Segundo Oliveira (2005, p. 37), a responsabilidade civil abrange tanto a obrigação de reparar danos decorrentes da inadimplência, de má execução ou de atraso no cumprimento de obrigações e violação de outros direitos alheios.

De acordo com o Novo Código Civil, a escrituração passou a ser estabelecida pelos Artigos 1.179 e 1.180:

Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Art.1.180: Além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o livro Diário, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.

3 METODOLOGIA

Este estudo se classifica quanto aos objetivos como descritivo, pois busca analisar e interpretar os dados. De acordo com Gil (2008), as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência.

Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa é de levantamento. De acordo com Vergara (2009, p. 43), “Pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

“O levantamento usa técnicas estatísticas, análise quantitativa e permite a generalização das conclusões para o total da população e assim para o universo pesquisado, permitindo o cálculo da margem de erro. Os dados são mais descritivos que explicativos” (DENCKER, 2000, p. 127).

Os dados coletados foram na forma de avaliação de abordagem qualitativa, que compreende em construir resultados após a observação.

“Metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc.” (MARCONI e LAKATOS, 2006, p.269)

Para a realização desta pesquisa a entrevista foi feita em um grupo do ramo petrolífero que implanta o processo de auditoria das demonstrações financeiras ou para elaboração de controles visando a proteção dos seus ativos. Embora a entrevista tenha sido realizada apenas com esse grupo, a análise foi precisa, podendo chegar a conclusão da pesquisa de forma segura.

A entrevista foi realizada no dia 24 de abril de 2017 e buscou identificar os impactos das práticas de auditoria nas demonstrações financeiras e nos controles internos das empresas, e até mesmo no processo de governança corporativa.

4 RESULTADO E ANÁLISE DE DADOS

4.1 Empresas analisadas

O grupo analisado é constituído por diversas empresas do segmento petrolífero e uma empresa de logística, localizadas em várias cidades do país, sendo as seguintes: ABC Derivados de Petróleo, Distribuidora ABC, Fundação ABC, ABC Logística e Empreendimentos e ABC Goiás (nomes fictícios).

A ABC Derivados de Petróleo, é uma sociedade formada por quotas de participação limitada, que tem por objeto a revenda de óleo diesel, óleos combustíveis, querosene iluminante a granel, óleos lubrificantes e graxas enlatadas. Fundada em 5 de novembro de 1990, a partir da associação de empresários do ramo de distribuição com o intuito de prover postos de combustíveis e consumidores finais, como agricultores. A ABC Derivados de Petróleo está sediada no município de Uberaba, com uma extensão de 16.800 metros quadrados. Possui ainda filial em Patos de Minas – MG.

A Distribuidora ABC, é uma sociedade formada por quotas de participação limitada, que tem por objeto social a distribuição de combustíveis e lubrificantes. Ocupa atualmente uma posição de destaque, fornecendo gasolina, álcool hidratado e óleo diesel para as regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Tocantins, possuindo bandeira própria em vários postos da região. Fundada em 6 de maio de 1996 teve o início de suas atividades em 1º de setembro de 1996. A Distribuidora está sediada no município de Uberaba e possui ainda filiais em Uberlândia - MG, Betim – MG, Senador Canedo – GO e Paulínia – SP.

A Fundação ABC é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, sem distinção de raça, cor, credo e posição social, apolítica com autonomia administrativa e financeira, voltada a inclusão de jovens à prática de esportes, criada em 28 de junho de 2003. A Entidade está sediada no Município de Araxá, possui título de utilidade pública estadual e municipal. Está em tramitação junto ao governo federal a solicitação de utilidade pública

federal. A Fundação ABC tem como linha de atuação: Apoiar iniciativas de inclusão de jovens à prática de esporte, apoiar iniciativas de educação dos jovens quanto à preservação do meio ambiente, apoiar e criar ações voltadas à motivação de jovens na área esportiva, acompanhar o desempenho escolar dos jovens envolvidos com os programas da Fundação e promover a saúde de jovens participantes dos programas esportivos.

Os benefícios das ações desenvolvidas são feitos de forma gratuita, sem nenhuma contrapartida financeira dos beneficiados e seguindo o princípio da universalidade, sem discriminação de qualquer natureza. Os recursos financeiros para a promoção de seus objetivos estatutários vêm de doações. Todos seus recursos são aplicados em território nacional e nas atividades previstas em seu estatuto e não há nenhuma forma de distribuição de excedentes financeiros. A Fundação ABC é gerida pela Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo. Nenhum membro destes órgãos recebe qualquer remuneração, direta ou indiretamente, pelas funções que lhes são atribuídas em seu estatuto.

A ABC Logística e Empreendimentos é uma sociedade formada por quotas de participação limitada, que tem por objeto social a prestação de serviços de transporte rodoviário de combustíveis das empresas do Grupo ABC (“Distribuidora ABC e ABC Derivados de Petróleo”). Foi fundada em 1º de novembro de 2004. A Empresa está sediada no município de Uberaba, onde possui um galpão com oficina mecânica e pátio para os caminhões e um escritório administrativo.

A ABC Goiás, que tem por objeto o Comércio Atacadista de Combustíveis realizado por transportador revendedor retalhista (TRR), comércio de querosene iluminante a granel, óleos lubrificantes e graxas enlatadas, filtros e produtos de limpeza automotivos. Fundada em 07 de julho de 2011, a partir da associação de empresários do ramo de distribuição de combustíveis com o intuito de prover a venda retalhista de combustíveis para consumidores finais, como agricultores ou empresas que tenham um consumo significativo do produto. Permaneceu em fase pré-operacional até outubro de 2013, ano em que iniciou suas operações de comercialização de produtos e está sediada no município de Senador Canedo.

4.2 Análise dos resultados

Após apresentar a fundamentação teórica sobre o objeto, realizou-se a análise dos resultados a partir das informações coletadas através da entrevista que foi realizada com o responsável pelo grupo no dia 24 de abril de 2017.

Com o propósito de saber se o grupo já adotava a prática de auditoria, a primeira pergunta realizada na entrevista, que serviu como base para análise das demais respostas foi referente ao tempo que adotam a prática de ser auditada e obteve-se como resposta, que já haviam adotado a auditoria há mais de dez anos e, portanto, mostrou que seria uma boa empresa para ser entrevistada, pois é um grupo pioneiro no mercado e seria mais crítica quanto a ação da auditoria e a pesquisa estaria condizente com a realidade e com o objetivo nela proposto. Segundo Marion (2002) apenas 0,3% das empresas tem suas demonstrações contábeis e o seu processo administrativo auditado por profissionais externos independentes.

A segunda pergunta feita foi a respeito do motivo pelo qual foram motivados a realizar auditoria e, surgiu quando visualizaram a necessidade de certificação de que o balanço estava corretamente disposto e de acordo com as normas, mesmo que ainda não fossem obrigados a serem auditados e por uma exigência de seus principais fornecedores e financiadores. Conforme Franco (1992), a auditoria utiliza-se de procedimentos que são aplicados sobre os documentos e demonstrações, objetivando julgar se os registros contábeis estão de acordo com os princípios e normas de contabilidade e refletem a real situação do patrimônio.

No questionamento da importância da auditoria para a empresa, constatou-se então que a auditoria contribuiu significativamente para a melhoria dos controles internos e dos relatórios apresentados para os usuários internos e externos, principalmente para fornecedores e instituições financeiras que a partir da apresentação dos demonstrativos auditados passaram a oferecer créditos em melhores condições. Isso se explica, pois, “a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e a eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado” Attie (1998, p.25).

Quanto a obtenção de benefícios para a empresa, foram facilmente identificados nos diversos departamentos e nos órgãos decisórios como conselho de administração e diretoria, a melhoria dos controles implementados pela administração após sugestões da auditoria inibiu a ocorrência de fraudes e desvios, segurança para a administração e para fornecedores, além de facilidade e melhores condições de créditos, junto a instituições financeiras.

Os controles foram aprimorados e revisados constantemente. A segurança da Tecnologia da Informação e modernização dos processos mitigaram o risco de fraude. Foi afirmado, que em 10 anos não constataram nenhuma situação de fraude. Sá (1998) entende que a auditoria tem objetos básicos e secundários. Os primeiros seriam os da opinião da fidedignidade das demonstrações contábeis e até extra contábeis, e o segundo, relativo a matérias como, os das descobertas de erros e fraudes, informações sobre o controle interno, assistência econômico-financeira e outras.

Acrescentou-se ainda, que a auditoria contribuiu para o processo de tomada de decisões, quando passou a exigir a adoção de práticas contábeis modernas e de gestão, algumas das exigências, foram: a melhoria do sistema de gestão e regras claras de controles internos. A partir do momento em que a auditoria emitisse os relatórios com críticas aos controles e aos processos, coube a administração adotar medidas para a adequação aos apontamentos da auditoria. Após dez anos de auditoria a empresa apresenta, mensalmente, aos usuários internos e externos, relatórios consistentes sobre o seu desempenho. De acordo com Franco e Marra (1991) através do relatório a auditoria informa aos interessados sobre o trabalho que realizou e os pontos relevantes que encontraram e que julgam necessário ser divulgado e as conclusões a que chegou.

Quando questionado de como é feito o processo de auditoria na empresa, foi informado as fases do trabalho, que são elas: planejamento, identificação, avaliação, teste de controles internos dos ciclos operacionais, teste dos controles associados ao ambiente de tecnologia da informação que suporta os sistemas aplicativos relevantes para a auditoria das demonstrações contábeis, auditoria dos saldos relevantes das contas das demonstrações contábeis.

Foi perguntado também, se o custo da auditoria era relevante para a empresa e no entendimento da administração não é relevante, considerando os benefícios que são obtidos pela companhia. Tendo a certeza que os valores se recuperam seja pela melhoria dos

processos ou por melhores taxas de juros no mercado e a maior facilidade ao crédito, decorrente da existência de uma opinião externa sobre o balanço. Almeida (2010, p. 126) reforça que “planejar significa estabelecer metas para que o serviço de auditoria seja de excelente qualidade e ao menor custo possível”.

Acrescentou ainda que, no primeiro momento, os colaboradores ficaram receosos com o serviço da auditoria, pois não estavam acostumados a questionamentos e a necessidade de obedecerem aos normativos da empresa. Com o passar dos anos, os colaboradores compreenderam a importância da auditoria e contribuíram de forma positiva para seu desenvolvimento. Como prova dessa situação, é que nos últimos 5 anos não tiveram revisão das horas planejadas pela auditoria, resultado da colaboração de todos os envolvidos no fornecimento de informações e das análises necessárias para a realização do trabalho da auditoria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se através de todas as informações obtidas neste trabalho que, a Auditoria cumpre uma função essencial nas Organizações. Ela é considerada um controle gerencial que mede a eficiência de outros controles. Auxilia o administrador com números e conhecimentos tecnicamente elaborados, detecta e previne fraudes, permitindo maior credibilidade para a Organização, facilitando assim, os créditos juntos às instituições financeiras. Quanto mais informações necessárias o auditor fornecer, maior confiabilidade será dada ao seu trabalho na Organização. O auditor deverá estar de acordo com as normas de auditoria estabelecidas e manter-se sempre atualizado, pois o mercado de trabalho está cada dia mais competitivo.

São vários os motivos para obtenção e implantação da auditoria na empresa, como exemplo a eliminação de erro. As empresas de um modo geral estão preocupadas com a veracidade de suas informações contábeis. A intenção da Auditoria resume-se em prestar auxílio aos membros da organização no desempenho de suas atividades, analisando, avaliando, recomendando e prestando assessoria e informação relativas às atividades revisadas.

De modo geral, as empresas estão se deparando com muitos desafios, necessitando assim de profissionais da área contábil para controlar suas atividades minuciosamente, ou seja, Auditoria. O gestor munido de uma boa auditoria, possui maior possibilidade de acertar continuamente o processo decisório e atingir a eficácia almejada pela empresa, seja sob lucro, sobrevivência empresarial ou mudanças na continuidade dos empreendimentos.

Diariamente observa-se através de notícias de televisão, jornais e internet, o acontecimento de escândalos que requerem um trabalho sério e honesto de auditores para que sejam apuradas as responsabilidades de cada um no acontecimento de uma fraude. Mesmo que punições não ocorram a todo o momento, é ético que um auditor localize e apure o acontecimento de desfalques, furtos, falsificações, etc.

Pode-se certamente dizer que a auditoria atua sobre os controles da empresa, sendo considerada como o controle dos controles. À medida que defende o patrimônio, torna-se a segurança da empresa e preserva os interesses do Estado, os interesses dos credores e dos

investidores, tornando-se um instrumento importante e necessário para uma efetiva e eficiente administração.

A contabilidade, como sendo uma ciência social, cujo principal objetivo se dá através do estudo do patrimônio de pessoas físicas e jurídicas deve, através das técnicas de auditoria, buscar meios capazes de minimizar as perdas sofridas pelas empresas através das fraudes, aumentando desta forma a sua lucratividade e o seu crescimento no mercado. Assim, desta forma, a contabilidade também possui uma função social, uma vez que auxilia a sociedade onde a empresa está inserida a continuar se desenvolvendo em decorrência da detecção de fatores capazes de direcionar uma organização à um patamar de derrota.

Considero de total importância para as organizações o processo de auditoria contábil, pois esta é a ferramenta indispensável para o controle das informações aos administradores e a tomada de decisões.

Ao final deste estudo sugere-se que, em uma pesquisa futura, o campo de coleta seja em uma região que possua mais empresas que usufruam do processo de auditoria para que obtenha um resultado mais expressivo e abrangente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Auditoria: um curso moderno e completo*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ALBERTON, L. Uma contribuição para a formação de auditores contábeis independentes na perspectiva comportamental. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa, Florianópolis 2002.

ATTIE, William. *Auditoria: Conceitos e Aplicações*. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1998.

_____. _____. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. *Auditoria Interna*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BARROS, E.F. *Auditoria de desempenho e auditoria contábil: principais aspectos metodológicos da etapa de planejamento*. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N. e KELL, Walter G. *Auditoria*. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil brasileiro. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 de maio 2017.

CRC, Conselho Regional de Contabilidade. Disponível em: <http://www.crcmg.org.br/media/avulsos/codigo_de_etica.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2017

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 06 de maio de 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Auditoria contábil: teoria e prática*. 4 edição. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. _____. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DENCKER, A. de F. M. *Métodos e técnicas de pesquisas em turismo*. 4ª ed. São Paulo: Futura, 2000.

FRANCO, Hilário e MARRA, Ernesto. *Auditoria contábil*. 4 ed. atual. São Paulo: Atlas, 2001;

_____. _____. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. *Auditoria Contábil: Normas de Auditoria, Procedimentos e Papéis de Trabalho. Programas de Auditoria, Relatórios de Auditoria*. São Paulo: Atlas, 1985

_____. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio de Lourenço. *Auditoria da Qualidade; Auditoria, Qualidade e Fraudes – Novos Desafios*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOOG, Wilson Alberto Zappa e CARLIN, Everson Luiz Breda. *Manual de auditoria contábil das sociedades empresariais: de acordo com o novo Código Civil – Lei 10.406/02*. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2008.

MARCONDES, N.R. *Ciências contábeis*. 2003. Disponível em: <www.contabilidade.frebsites.com.br> Acesso em: 10 de maio de 2017.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. 4ªed revista e ampliada. São Paulo. Atlas, 2006.

MARION, José Carlos; MARION, Márcia Maria Costa. *O ensino da contabilidade no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, C. M. *Responsabilidade civil e penal do profissional de contabilidade*. São Paulo: IOB-Thomson, 2005.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. *Auditoria de Demonstrações Contábeis: Normas e Procedimentos*. 3 ed. - 2 Reimpr. - São Paulo: Atlas, 2006;

_____. _____. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SÁ, Antônio Lopes de. *Fraudes Contábeis*. 2 edição. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1982.

SÁ, A. Lopes de. *Curso de auditoria*. São Paulo: Atlas, 1980.

SÁ, Antônio Lopes de. *Curso de Auditoria*. 8.ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 1998.

VERGARA S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 10º ed. São Paulo: Atlas, 2009.